

APRESENTAÇÃO

Leigos e peritos na governança socioambiental: perspectivas nas duas margens do Atlântico

João Guerra¹
Julia S. Guivant²

Num panorama em que grande parte dos problemas sociais são também intrinsecamente físicos e ambientais, as sociedades contemporâneas surgem progressivamente marcadas por desequilíbrios, divergências e desigualdades (PIKETTY; SAEZ, 2014) que alargam o fosso entre governantes (decisores e corpo técnico que os assessora) e governados (comunidades e cidadãos). Nessa linha, e tendo em vista a era de instabilidade ecológica que atravessamos³, a sociologia ambiental dedica-se à análise das relações de reciprocidade entre sociedade e natureza, ensaiando abordagens transversais que integram/interpretam os pontos de vista leigos, sem descuidar

- 1 Doutor em Ciências Sociais, professor e investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal.
- 2 Professora Titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: julia.guivant@ufsc.br. Bolsa CNPq PQ 310265/2016-9.
- 3 O grau de afetação ecossistêmica e os efeitos já percebidos das mudanças climáticas e de outros problemas globais levaram alguns autores a sugerir que estamos a atravessar um período geológico *sui generis* – o Antropoceno –, em que a humanidade se transformou numa força geofísica global, com impacto efetivo, a par de outros processos naturais (CRUTZEN; STOERMER, 2000).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

a centralidade das evidências empíricas e o método científico (LIKENS, 2010). Admite-se, portanto, que aos problemas socioambientais subjaz um conjunto de interesses e conflitos sociais explícitos e/ou tácitos, cujo equilíbrio precário depende ora de uma gestão complexa e amiúde desequilibrada de recursos naturais escassos, ora de práticas e expectativas sociais por vezes exacerbadas face a tal escassez, ora de processos de comunicação da ciência ineficazes e, frequentemente, pouco adequados aos grupos a que se destinam.

Está em causa a governança dos problemas socioambientais que a todos interpelam: desde os mais humildes e desfavorecidos (normalmente desprovidos de poder decisório), até aos mais privilegiados e detentores de poder de decisão, passando pela mídia e pelos novos meios de difusão de informação (internet e redes sociais aí estabelecidas). Nesse contexto, no jogo intrincado de interesses e expectativas, especialistas comprometidos com o rigor científico, apenas podem contribuir para as políticas públicas se estiverem preparados para falar (KAISER, 2000), ou seja, se o discurso técnico-científico que empregam estiver suficientemente adaptado a uma leitura leiga, fazendo passar a mensagem, sem deixar de levar em conta as potencialidades e os constrangimentos sociais em presença, bem como a pertinência do conhecimento leigo e a relevância das experiências locais (GONÇALVES, GUERRA, 2008). Aliás, esse imperativo ganha ainda maior fulcralidade no momento atual, quando se tornam cada vez mais manifestos os fenómenos de “pós-verdade”, numa dinâmica que se agudiza “à medida que fatos e falsificações confluem e são disseminados por comunidades digitais e espaciais” (GUDOWSKYA; ROSA, 2019, p. 24).

Assim, quase meio século depois da emergência e posterior consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, a necessidade de cumprir e fazer cumprir os seus imperativos (promoção da qualidade social e manutenção da qualidade ambiental, tendo em vista o presente e o futuro) está longe de ter perdido fulcralidade. Por um lado, o direito à vida e à saúde surge, sobretudo para os grupos sociais mais vulneráveis, afetado por desastres relacionados com as mudanças climáticas e com os efeitos mais localizados da degradação industrial (BOYLE, 2012). Por outro lado, a dificuldade de assunção de compromissos e atribuição de responsabilidades presente na sociedade de risco – irresponsabilidade organizada

(GUIVANT, 2016) – torna cada vez mais difícil o diálogo entre cidadãos e detentores do conhecimento técnico-científico e do poder de decisão.

Há, afinal, demasiadas situações em que os desajustes persistem, como se ‘sustentabilidade ambiental’, ‘equidade socioambiental’ e ‘direitos humanos’ não constituíssem elos de uma mesma corrente. Apesar do inegável progresso alcançado nas últimas décadas, nalgumas áreas de direitos humanos e nalgumas regiões do mundo, a situação global parece persistir num patamar medíocre, marcado pela persistência de desequilíbrios ambientais e sociais (GUERRA; LOURENÇO, 2018). Tal decorre do hiato que, transversalmente – como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) defende –, tende a manter-se entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável, numa lógica de atuação que alarga o fosso entre visões técnicas e leigas e entre governantes e governados, continuando-se a ignorar as suas interdependências fulcrais (PNUD, 2011).

Considerando, então, os debates acadêmicos e políticos atuais, o recorte temático proposto para este dossiê apresenta-se com relevância numa época de estresse social e ambiental. Em particular, procuraremos com os artigos aqui publicados questionar as formas e os métodos de envolvimento de diversos atores sociais nas decisões de governança ambiental, evitando-se a apologia tanto das estratégias *top-down* quanto das que partem de uma visão idealizada do conhecimento local/tradicional. A análise dessa questão pode se enriquecer significativamente a partir do diálogo entre as análises de sociologia ambiental realizadas no Brasil e na Europa.

O conjunto de artigos aqui reunidos procura centrar-se nessa área de interseção entre várias legitimidades, saberes e interesses que se confrontam na arena da governança ambiental e da sustentabilidade, sem pretender esgotar a panóplia de problemas e temáticas socioambientais que assolam as sociedades contemporâneas. Pelo contrário, interessou focar a análise em situações específicas de ruptura que reiteradamente emergem no quotidiano e que, pela visibilidade social que adquiriram, reclamam abordagens mais inclusivas e abrangentes para a sua resolução. Buscamos, enfim, promover a reflexão sobre a coexistência de abordagens leigas e periciais, tendo por base duas conjunturas político-econômicas diversas: i) Portugal e o contexto de integração avançada da União Europeia e ii) o Brasil e a

sua singularidade no contexto menos integrado da América Latina. Com esse objetivo, reunimos três textos de autores europeus e outros tantos de autores brasileiros, versando áreas similares ou vizinhas. Procurar-se-á, afinal, com a sua leitura, instigar a pensar paralelos de problemas, abordagens e resoluções, sem nos cingirmos a uma análise estritamente comparativa.

Por conseguinte, apenas por racionalização de espaço, reduz-se uma miríade alargada de problemas e interrogações a três grandes eixos de pesquisa e a seis abordagens particulares. Em primeiro lugar, o problema ambiental que, por definição, tornou-se ubíquo e transversal nas sociedades contemporâneas, impondo-se como fator de evolução próxima e delineador do futuro da própria humanidade: “mudança climática e transformação social”. Depois a questão da alimentação e do consumo alimentar sustentável, que, nos dois lados do Atlântico, emerge a partir do modo de produção orgânica/biológica, alegadamente menos agressivo para a natureza, para a saúde humana e até para a justiça social: “agricultura orgânica e consumo sustentável”. Finalmente, os sinais de estresse ambiental que – a par das mudanças/alterações climáticas e, muitas vezes, com elas se interligando – se refletem em problemas concretos (*e.g.*, rarefação do pescado, poluição do ar) com repercussões na atividade económica, na qualidade de vida das comunidades e na saúde pública: “esgotamento de recursos e degradação ambiental”.

I Mudança climática e transformação social

O primeiro eixo de análise conta com dois textos que abordam o fenómeno da mudança climática, definido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) como uma “mudança no estado do clima que pode ser identificada (usando, por exemplo, testes estatísticos) através de alterações na média e/ou variabilidade das suas propriedades quando persistam por um período prolongado” (IPCC, 2014, p. 120). Todavia, dada a sua origem fundamentalmente assente na atividade humana – ainda que se trate de um fenómeno físico, com implicações igualmente físicas –, os maiores desafios que apresenta não suscitam respostas estritamente científicas ou técnicas e, muito menos, cingem-se à área das Ciências Naturais. Pelo contrário, as consequências das mudanças climáticas implicam uma

transformação e/ou adaptação de “sistemas sociais, econômicos e políticos, na justa medida em que interagem com os sistemas naturais” (DRYZEK; NORGAARD; SCHLOSBERG, 2013, p. v) e, conseqüentemente, adquirem um cariz social.

Estamos, portanto, perante um facto social que, no primeiro caso, foi analisado por Torres, Jacobi e Leonel, sob o título “Nem *leigos* nem *peritos*: o *semeador* e as mudanças climáticas no Brasil”. Aludindo à figura do semeador (HOLANDA, 2006), o trio de autores apresenta uma análise das ações e motivações de profissionais e ativistas (nem leigos, nem peritos) que hoje trabalham e atuam no Brasil, na causa ambiental e/ou climática. O objetivo foi contribuir com uma reflexão documentada sobre os fatores de interesse e mobilização, tanto na produção acadêmica sociológica como entre os grupos sociais engajados na ação climática que, no contexto brasileiro, e de acordo com os resultados apresentados, parece ainda algo incipiente. Os autores concluem que, no Brasil, o espírito do “semeador, aventureiro e espontâneo” permanece e enforma a agenda política da mudança climática, sublinhando que é da mitigação das desigualdades sociais – persistentes no Brasil, como, aliás, no Sul Global em geral – que a ação climática poderá ganhar fôlego, abrangência e, sobretudo, eficácia.

Do outro lado do Atlântico, Guerra, Schmidt e López apresentam um balanço geral da situação ibérica, sob o título “Alterações climáticas, avaliação *técnica* e opinião *pública*: *perspectivas ibéricas no contexto europeu*”. Tendo por referência a realidade europeia e, em alguma medida, a mundial como pano de fundo, os autores apresentam uma análise centrada na recolha de dois tipos de dados complementares: i) dados sobre mudança climática de cariz mais técnico e pericial, presentes no *Climate Change Performance Index* (CCPI) de 2020 e, recorrendo ao Eurobarómetro Especial 490, de 2019, ii) dados eventualmente menos objetivos, mas, como já procurámos deixar claro, igualmente relevantes, sobre opiniões, atitudes e expectativas dos cidadãos nessa matéria. Da análise efetuada, os autores concluem que, apesar de algumas vantagens comparativas europeias, as desigualdades geoeconômicas potenciam as injustiças geoclimáticas, num panorama em que o fosso entre conhecimento técnico e conhecimento leigo se arrasta e se alarga com conseqüências perniciosas, adiando um

urgente, mas predominantemente secundarizado, processo de adaptação que se queria solidário, justo e consequente.

2 Agricultura orgânica e consumo sustentável

O segundo eixo de análise ocupa-se da agricultura orgânica (biológica, no português europeu). Esse modo de produção enfatiza a rotação de culturas, a gestão natural de pragas, a diversificação de culturas e a melhoria dos solos sem recurso a agroquímicos (LIMA et al., 2020). De acordo com os seus defensores, a agricultura orgânica e a promoção do seu consumo podem, portanto, potenciar algumas métricas importantes da sustentabilidade, como sejam: 1) a proteção dos solos e da água, e consequentemente a preservação dos recursos naturais; 2) uma atividade económica de baixo impacto, logo uma maior resiliência das comunidades rurais; e 3) a produção de produtos isentos de agrotóxicos, promovendo com isso a saúde pública e a qualidade ambiental (REGANOLD; WACHTER, 2016). Essa múltipla e intrincada contribuição para as causas da sustentabilidade justifica, por isso, o espaço privilegiado que aqui reservámos à agricultura orgânica.

Com o título “Consumidores e agricultura orgânica em Portugal: significados e (des)confiança”, Mónica Truninger analisou os significados atribuídos aos produtos orgânicos e constatou que, muitas vezes, os consumidores os confundem com produtos que cultivam no quintal de casa ou que lhes são oferecidos por familiares e/ou amigos. Os consumidores confiam em quem conhecem e daí resultam, pelo menos parcialmente, as dificuldades dos sistemas de certificação em Portugal. Com efeito, analisando a relação de confiança socialmente estabelecida entre consumidores, produtores e certificadores, a autora conclui que nem sempre a confiança passa pela certificação oficial. Pelo contrário, muitas vezes em sobreposição, acumulam-se outros recursos informais, como sejam o conhecimento tácito e leigo, experiencial e sensorial. Por via de dúvidas, os consumidores usam múltiplas estratégias para atestar a qualidade orgânica dos produtos que consomem, talvez porque, mesmo que esporádicas, as falhas dos sistemas periciais no controlo e monitorização da produção orgânica tendem a manter e até a aumentar a desconfiança num sistema que dá sinais de

“concubinato” com o mercado. Daí que lancem mão a meios alternativos de confirmação da qualidade.

Por seu turno, no artigo “Além dos supermercados: novas estratégias no mundo dos alimentos orgânicos no Brasil”, David e Guivant apresentam uma análise de novas experiências comerciais que, no Brasil, emergem como facilitadoras da relação entre consumidores e produtores, oferecendo produtos e opções de consumo alternativos às formas de comércio tradicional, tais como assinaturas de cestas e vendas *on-line*. Através de um conjunto de entrevistas, analisaram-se formas de atuação e venda, percepções, processos de mediação, legislação, riscos e relações de confiança, tendo como pano de fundo o nexos entre conhecimento leigo e pericial. As autoras concluíram que, nessa área da comercialização de produtos orgânicos, as tecnologias digitais impulsionam o funcionamento das empresas, bem como a divulgação e publicitação dos produtos, contribuindo para gerar confiança entre os consumidores. Para seguir uma estratégia de alargamento de influência e confiança, as empresas não dispensam cadeias híbridas de comercialização para enfrentar problemas de fornecimento (produtores) e de satisfação (consumidores).

3 Esgotamento de recursos e degradação ambiental

Desde pelo menos a Declaração de Estocolmo (UNCHE, 1972), os direitos ambientais são vistos como parte integrante dos direitos humanos. Apesar disso, o uso indiscriminado e, muitas vezes, contraproducente de recursos naturais (i.e., extração de matérias-primas, alteração de ecossistemas, produção crescente de poluição) tarda a regredir e os seus efeitos têm impactos locais e globais por demais assinalados (TAYLOR, 2004; IPCC, 2018). Neste último eixo de análise interessa, no entanto, realçar os impactos socioeconômicos e, sobretudo, a desproporcionalidade de consequências da exaustão/degradação de recursos naturais que afetam, em particular, as comunidades e os grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis (AGYEMAN et al., 2016). Que escolhas e prioridades são, então, eleitas nesta altura de mudanças profundas e transversais? Que interesses estão em jogo e quais prevalecem em detrimento dos restantes? Recorrendo a dois estudos de caso, procuraremos confrontar posicionamentos

divergentes, num contexto em que poderes de influência e de decisão não estão igualmente repartidos.

Com o capítulo “A bactéria da desconfiança: inépcia e perplexidade na gestão de um surto da doença dos legionários”, Guerra apresenta-nos o caso do surto de legionella que, em 2014, ocorreu nos arredores de Lisboa, no município de Vila Franca de Xira. O surto e, sobretudo, o momento a ele posterior caracterizaram-se por controvérsias públicas e científicas, pelo avolumar da desconfiança nas instituições governamentais, pelo descrédito dos sistemas de monitorização e, por fim, por um processo judicial penoso e arrastado, cujo desfecho só avolumou o grau de desconfiança numa comunidade onde a perplexidade e a descrença se acumulam. O autor avança com alguns resultados, fundamentalmente, obtidos num *workshop* participativo que procurou juntar afetados e não afetados, mulheres e homens, jovens e idosos, mas todos residentes no centro nevrálgico do surto: Vila Franca de Xira. Do processo deliberativo, pode concluir-se que os participantes e, em particular, os que se reviam como vítimas, censuraram, antes de mais, o seu aparente abandono, de que era sinal a ausência (ou, pelo menos, a ausência aparente) de técnicos e responsáveis políticos no terreno. Verificou-se, afinal, a existência de uma divisão clara entre, por um lado, decisores, técnicos e peritos e, por outro, cidadãos desapossados dos “meios de definição do risco” que se mostraram inadequados para garantir justiça e a lógica sistémica da sustentabilidade.

Finalmente, o artigo assinado por Martins e Guivant, “A coprodução das ciências e das políticas na gestão da biodiversidade marinha brasileira”, procura clarificar a controvérsia sobre a gestão sustentável de pescado e a conservação da fauna aquática, controvérsia que, no Brasil, testemunha um zigue-zague de medidas ora mais protecionistas de espécies e ecossistemas, ora mais permeáveis aos interesses do segmento pesqueiro, num processo de disputa e negociação que põe em perigo, por exemplo, a manutenção da Lista Nacional Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Numa perspectiva sociológica do estudo das ciências, as autoras analisam a influência do conhecimento técnico pericial nas negociações políticas que se vão desenrolando entre conservacionistas e extrativistas no seio das próprias assessorias técnicas da administração. Segundo as

autoras, assiste-se não a uma exclusão da ciência pelos agentes políticos, mas, sobretudo, ao descarte de uma corrente em detrimento da outra, num processo que expõe a relativa permeabilidade das escolhas políticas à pressão de *lobbies*, sem, definitivamente, pôr em causa o conhecimento científico. Significa isto que uma declaração definitiva sobre o estado de conservação da vida marinha não é uma questão exclusiva nem da ciência, nem da política, mas uma coprodução contingente e periclitante que depende da conjuntura e do jogo de interesses que se vai desenrolando.

Escrevemos estas linhas num período particularmente difícil, marcado por quarentenas forçadas que se estenderam a todo o mundo e que deixarão marcas indeléveis no futuro próximo. Nesse panorama, representando um novo recomeço para a sustentabilidade, a Agenda 2030 e o seu lema “não deixar ninguém para trás” (UN GENERAL ASSEMBLY, 2015) só acrescenta expectativas a que é preciso dar resposta. Foi esse o nosso propósito com a recolha e seleção dos seis artigos que aqui apresentamos.

Referências

- AGYEMAN, J. *et al.* Trends and Directions in Environmental Justice: From Inequity to Everyday Life, Community, and Just Sustainabilities. **Annual Review of Environmental Resources**, v. 41, p. 6.1-6.20, 2016.
- BOYLE, A. Human rights and the environment: where next? **The European Journal of International Law**, v. 23, n. 3, p. 613-642, 2012.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The ‘Anthropocene’. **Global Change Newsletter**, v. 41, p. 17-18, 2000.
- DRYZEK, J. S.; NORGAARD, R. B.; SCHLOSBERG, D. **Climate-Challenged Society**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GONÇALVES, A.; GUERRA, J. Experimentar ciência e cidadania: o caso EuroLifeNet. **Atas do VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008.
- GUERRA, J.; LOURENÇO, L. C. The 2030 Agenda: trends of transition toward sustainability. *In*: DELICADO, A.; DOMINGOS, N.; SOUSA, L. (org.). **The Diverse Worlds of Sustainability**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. p. 53-85.
- GUDOWSKYA, N.; ROSA, A. Bridging epistemologies – Identifying uniqueness of lay and expert knowledge for agenda setting. **Futures**, v. 109, p. 24-38, 2019.

GUIVANT, J. S. O Legado de Ulrich Beck. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 229-240, 2016.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Genebra: IPCC, 2014.

IPCC. **Global warming of 1.5°C**. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. Genebra: World Meteorological Organization, 2018.

KAISER J. Ecologists on a mission to save the world. **Science**, v. 287, p. 1188-1192, 2000.

LIKENS, G. E. The role of science in decision making: does evidence-based science drive environmental policy? **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 8, n. 6, p. e1-e9, 2010.

LIMA, S. *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Inequality in the long run. **Science**, v. 344, n. 6186, p. 838-843, 2014.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 – Sustentabilidade e Equidade: um Futuro Melhor para Todos**. Lisboa: IPAD/PNUD, 2011.

REGANOLD, J.; WACHTER, J. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Plants**, v. 2, Article 15221, 2016. DOI: 10.1038/NPLANTS.2015.221.

TAYLOR, D. Is Environmental Health a Basic Human Right? **Environmental Health Perspectives**, v. 112, n. 17, p. A1006-A1009, 2004.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development** - Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Genebra: ONU, 2015.

UNCHE. **Report of the United Nations Conference of the Human Environment**. Stockholm: United Nations Publication, 5-16 June 1972.